

## Sumário

Assunto ..... **Erro! Indicador não definido.**

Texto CG1A01AAA

O crime organizado não é fenômeno recente. Encontramos indícios dele nos grandes grupos contrabandistas do antigo regime da Europa, nas atividades dos piratas e corsários e na grandes redes receptação da Inglaterra do século XVIII. A diferença dos nossos dias e que as organizações criminosas se tornaram mais precisas e mais profissionais.

Um erro na análise do fenômeno é a suposição de que tudo é crime organizado. Mesmo quando se trata de uma pequena apreensão de crack em local remoto, alguns órgãos da imprensa falam em crime organizado. Em muitos casos, o varejo do tráfico é um dos crimes mais desorganizados que existe. É praticado por um usuário que compra de alguém umas poucas atualidades e fuma a metade. Ele não tem chefe, parceiro nem capital de giro. Possui apenas a necessidade de suprir o vício. No outro extremo, fica o grande traficante, muitas vezes um indivíduo que nem mesmo vê a droga. Só utiliza o seu dinheiro para financiar tráfico ou seus contatos para facilitar as transações. A organização criminosa envolvida com o tráfico de drogas fica na maior parte das vezes, entre esses dois extremos. É constituído apenas pequenos e médios traficantes e uns poucos de grande porte.

Na outra atividade criminosas, a situação é a mesma. O crime pode ser praticado por um indivíduo, uma quadrilha ou uma organização. Portanto, não é a modalidade do crime que identifica a existência de crime organizado.

01) De acordo com o texto CG1A01AAA

**A) Há registros da associação de pessoas para o cometimento de crimes desde a Antiguidade.**

B) as primeiras organizações criminosas estruturavam-se de modo totalmente impreciso e amador, em comparação com as organizações criminosas da atualidade.

C) o conceito da expressão crime organizado foi distorcido porque a imprensa passou a empregá-la para tratar de qualquer crime que envolva entorpecentes.

D) poucas são as modalidades de crime que podem ser tipificados como crime organizado.

E) nem sempre o que o senso comum supõe ser crime organizado é de fato crime organizado.

02) Em cada uma das opções a seguir, é apresentado um texto CG1A01AAA, seguindo de uma proposta que reescritura. Analise a opção em que a reescritura proposta que mantém a correção gramatical do texto e o sentido original do trecho.

A) “Só utiliza seu dinheiro para financiar o tráfico ou seus contatos para facilitar as transações” (L.18 e 19): só utiliza seu dinheiro ou seus contatos para financiar o tráfico ou para facilitar as transações.

B) “o crime pode ser praticado por um indivíduo, uma quadrilha ou uma organização” (L.24 e 25): o crime ser praticado por um indivíduo ou uma quadrilha ou organização é permitido.

C) “mesmo quando se trata de uma pequena apreensão de crack em um local remoto” (L.9 e 10): ainda que trata-se de uma pequena apreensão de crack em um local distante.

**D) “o varejo do tráfico é um dos crimes mais desorganizados que existe” (L.12 e 13): o varejo do tráfico é um dos crimes mais desorganizados que existem.**

E) “quantas vezes um indivíduo que nem sempre vê a droga” (L.17 e 18): muitas vezes um indivíduo que se quer entrega a droga.

03) NO TEXTO CG1A01AAA, isola um trecho de natureza explicativa, empregada logo após:

- A) “remoto” (L.10)
- B) “casos” (L.12)
- C) **“traficante” (L.17)**
- D) “vezes” (L.21)
- E) “indivíduo” (L.24)

04) No texto CG1A01AAA, funciona como complemento nominal a oração

- A) “que compra de alguém umas poucas pedras de crack”(L.13 e 14)
- B) “que identifica a existência de crime organizado” (L.26)
- C) “que as organizações criminosas se tornaram mais precisas, mais profissionais” (L.5 a 7)
- D) **“de que tudo é crime organizado” (L.8 e 9)**
- E) “para facilitar as transações” (L.19)

Texto CG1A01BBB

Não são muitas as experiências exitosas de políticas públicas de redução de homicídios no Brasil nos últimos vinte anos, e poucas são aquelas que tiveram continuidade, O Pacto pela Vida, política de segurança pública implantada no estado de Pernambuco em 2007, é identificado como uma política pública exitosa.

O Pacto Pela Vida é um programa de governo do estado de Pernambuco que visa à redução da criminalidade e ao controle da violência. A decisão ou vontade política de eleger a segurança pública com prioridade é o primeiro marco que se deve destacar quando se pensa em recuperar a memória dessa política, sobre tudo quando se considera o fato de que o tema da segurança pública, no Brasil, tem sido historicamente negligenciado. Muitas autoridades públicas não só evitam associar-se ao assunto como também o tratam de modo simplista, como uma questão que diz respeito apenas à polícia.

O Pacto Pela Vida, entendido como um grande concerto de ações com o objetivo de reduzir a violência e, em no início do mês de maio de 2007. Em seu bojo, foram estabelecidos os principais valores que orientaram a construção da política de segurança, a prioridade do combate aos crimes violentos letais intencionais e a meta de reduzir em 12% ao ano, em Pernambuco, a taxa desses crimes.

Desse modo definiu-se, o estado, um novo paradigma de segurança pública, que se baseou na consolidação dos valores descritos acima (que estavam em disputa tanto do ponto de vista institucional quanto da sociedade), no estabelecimento de prioridades básicas (como o foco na redução dos crimes contra a vida) e no intenso debate com a sociedade civil. A implementação do Pacto Pela Vida foi responsável pela diminuição de quase 40% dos homicídios no estado entre janeiro de 2007 a junho de 2013. José Luis Ramos. O Pacto Pela Vida e a redução de homicídios em Pernambuco. 2014

05) O pacto pela vida é caracterizado no texto CG1A01BBB como política exitosa porque:

- A) Definiu, no estado de Pernambuco, um novo paradigma de segurança pública, baseado em uma rede de ação de combate e repressão a violência.
- B) Foi fruto de um plano acertado que elegeu a área da segurança pública como prioridade.

- C) **Resultou em uma redução visível no número de crimes contra vida no estado de Pernambuco.**
- D) Teve como objetivos a redução da criminalidade e o controle da violência no estado de Pernambuco.
- E) Tratou a questão da violência como um problema social complexo inaugurou uma estratégia de convenção compatível com sua complexidade.
- 06) No texto CG1A01BBB, a partícula “se” foi empregada para indeterminar o sujeito em:
- A) “se deve destacar” (l. 11)
- B) “se pensa” (l. 11)**
- C) “se considera” (l. 12)
- D) “associa-se” (l. 15)
- E) “definiu-se” (l. 25)
- 07) No trecho “Muitas autoridades públicas não só evitam associar-se ao assunto como também o tratam de modo simplista” (l. 14 a 16), do texto CG1A01BBB, o vocábulo “como” integra uma expressão que introduz no período um ideia de:
- A) Oposição
- B) Proporcionalidade
- C) Adição**
- D) Comparação
- E) Explicação
- 08) Assinale a opção na qual a palavra apresentada no texto CG1A01BBB classifica-se no ponto de vista morfossintático, como advérbio.
- A) “historicamente” (l. 13)**
- B) “modo” (l. 15)
- C) “intenso” (l. 30)
- D) “muitas” (l. 01)
- E) “quando” (l. 11)
- 09) De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República (MRPR), o aviso e o ofício
- A) Documentos que compartilham a mesma diagramação, uma vez que seguem o padrão ofício.**
- B) Expedientes utilizados para tratamento de assunto oficiais entre órgãos da administração pública e particulares.
- C) Correspondências usualmente remetidas por particulares aos órgãos do serviço público
- D) Modalidades de comunicação entre unidades administrativa de um mesmo órgão
- E) Instrumentos de comunicação oficial entre os chefes dos poderes públicos.
- 10) Considerando as disposições do MRPR, analise a opção que apresentam o vocativo adequado para ser empregado em expediente cujo destinatário seja um delegado de polícia civil
- A) Senhor Delegado**
- B) Excelentíssimo Senhor Delgado

- C) Ilustríssimo Senhor Delegado
- D) Magnífico Delegado
- E) Digníssimo Delgado

11.

Ao Senhor  
Antônio Santos  
Avenida Beira Mar,nº 5000  
50 000-000-Recife-PE

Considerando as informações apresentadas,assinale a opção correta

**A)Caso essas informações constassem de um envelope de comunicação a ser enviada pela secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco para pessoa não pertencente ao órgão,a menção ao cargo do destinatário no envelope seria obrigatória**

B)Caso Antônio Santos fosse ministro da Defesa,o trecho Ao Senhor deveria ser substituído por A Vossa Excelência

C)Tais informações em apreço poderiam adequadamente compor o endereçamento designado no envelope de uma comunicação cujo destinatário fosse governador do estado de Pernambuco ,por exemplo

E)As informações apresentadas poderiam constar de um aviso, uma vez que, nesse tipo de expediente é necessário incluir,na identificação dos destinatário, o endereço para onde a correspondência será remetida

12.

Considerando que,conforme o MRPR, a finalidade do fecho de comunicação oficiais é arrematar o texto e saudar o destinatário,assinale a opção que contém o fecho a ser empregado corretamente em correspondência oficial a ser subscrita por um delegado de um policial civil e metida para o secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco

- A)Gentilmente
- B)Respeitosamente**
- C)Concordialmente
- D)Sinceramente
- E)Atenciosamente

13. Utilizando o Excel 2010,um analista desenvolveu e compartilhou com os demais servidores de sua seção de trabalho uma planilha eletrônica que pode ser editada por todos os servidores e que, ainda, permite a identificação do usuário responsável por realizar a última modificação.Para compartilhar suas atualização a opção correspondente em Compartilhar Pasta de Trabalho,do menu Revisão,do Excel 2010

Com relação a essa situação assinale a opção correta.

- A) O Word é o único programa do Microsoft Office que permite que mais de um usuário edite, simultaneamente, arquivo de texto
- B) A planilha poderá ser editada por mais de um servidor simultaneamente
- C) Caso dois servidores editem a mesma célula, será impossível resolver conflitos de edição
- D) Dois ou mais servidores não poderão editar o mesmo simultaneamente
- E) Se um servidor acessar a planilha para edição, este procedimento causará o bloqueio do arquivo de modo que outro servidor não poderá avri-lo, ainda que seja somente para consulta

#### Questão 14

Dois analistas, que compartilharam a mesma estação de trabalho ao longo do dia –um no turno matutino e outro no turno vespertino–, utilizam a versão mais recente do Google Chrome e desejam que esse navegador memorize os dados de formulários dos sistemas web do órgão em que atuam, sem que as senhas desses formulários sejam memorizadas.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta .

- A) Não é possível realizar quaisquer configurações adicionais no navegador , uma vez que este, necessariamente armazenam dados e senhas de formulários
- B) É possível configurar o browser para memorizar dados dos formulários e não armazenar senhas de modo independente para cada analista
- C) É possível configurar o browser para memorizar dados dos formulários entretanto isso implica necessariamente o armazenamento das respectivas senhas ainda que de modo independente para cada analista
- D) Não é possível memorizar nomes de usuários e senhas para cada analista individualmente, visto que o navegador em questão armazena os dados de formulário no mesmo local independentemente do perfil do usuário na estação de trabalho
- E) Cada analista deve, ao fim de seu turno, limpar os dados de navegação e de privacidade para evitar sobreposição e compartilhamento de dados dos formulários no navegador, pois independentemente da configuração os dados do Browser são únicos para todos os usuários que acessem a estação.

#### Questão 15

Considerando que diversos usuários compartilham uma estação de trabalho na qual está instalado o Windows 8.1 e que, para acessar a rede e o sistema, é necessário realizar a autenticação por meio de nome de usuário e senha assinale a opção correta.

- A) Para que os usuários acessem o sistema instalado na estação de trabalho deve haver usuários e senhas únicos e iguais para todos
- B) Cada usuário pode utilizar seu nome de usuário e senha particular para acessar a rede entretanto todos os usuários devem utilizar o mesmo nome de usuário e a mesma senha para acessar o sistema, uma vez que não é possível criar atalho para o mesmo sistema em perfis distintos na estação

- C) Cada usuário pode acessar a rede usando nome de usuário e senhas distintos daqueles usados para acessar o sistema
- D) Como não é possível criar perfis distintos para cada usuário de estação de trabalho, deve ser configurada para solicitar apenas senha no sistema, e não senha de rede
- E) Para cada usuário, o nome da conta e a senha são os mesmos para realizar a autenticação no sistema

#### Questão 16

Para aferir o uso da CPU e da memória de uma estação de trabalho instalada com Linux, deve(m) ser utilizado(s) o(s) comando(s)

- A) cpu e memory
- B) fs e du
- C) top
- D) system
- E) proc e mem

#### Questão 17

Assinale a opção que apresenta corretamente o texto que, ao ser digitado no site de buscas Google, permite localizar, na web, arquivos no formato pdf que contenham a frase “valorização do policial civil”, mas não contenham o vocabulário “concurso”

- A) valorização and do and policial civil exclude(concurso) in:pdf
- B) 'valorização do policial civil' without 'concurso' type(pdf)
- C) 'valorização do policial civil' no:concurso archive(pdf)
- D) “valorização do policial civil” not(concurso) in:pdf
- E) “Valorização do Policial Civil.” –concurso filetype.pdf

#### Questão 18

Assinale a opção que apresenta corretamente os passos que devem ser executados no BrOffice Writer para que os parágrafos de um texto selecionado sejam formatados com avanço de 2cm na primeira linha e espaçamento de 12 entre eles

- A) Acessar o menu formatar, selecionar a opção texto e valores desejados no campo Espaçamento
- B) Acessar o menu Editar, selecionar a opção recuos e inserir os valores desejados no campo recuos e espaçamento
- C) Pressionar, no início da primeira linha, a tecla Tab e, em seguida, a tecla Enter duas vezes após o primeiro parágrafo do texto selecionado. Assim, o Writer repetirá essa ação para os demais parágrafos selecionados
- D) Acessar o menu Editar, selecionar a opção texto e inserir os valores desejados no campo Recuos e Espaçamento
- E) Acessar o menu Formatar, selecionar a opção parágrafo e inserir os valores desejados no campo Recuos e Espaçamento

#### Questão 19

Um usuário instalou e configurou, em uma estação de trabalho do órgão onde atua, um aplicativo de disco virtual, que permite armazenamento de dados em nuvem (Cloud storage), e sincronizou uma pasta que continha apenas um arquivo nomeado como xyz.doc. Em seguida, ele inseriu três arquivos

nessa pasta e modificou o conteúdo do arquivo xyz.doc. Posteriormente, esse usuário configurou, em um computador na sua residência, o mesmo aplicativo com a mesma conta utilizada no seu trabalho, mas não realizou quaisquer edições ou inserção de arquivo na referida pasta

Com base nas informações apresentadas nessa situação hipotética é correto afirmar que, no computador na residência do usuário, a pasta utilizada para sincronizar os dados conterá

- A) três arquivos, uma vez que cloud storage sincroniza apenas arquivos inseridos após a instalação e a configuração do programa
- B) quatro arquivos, porém o arquivo xyz.doc não conterá as modificações realizadas no órgão, uma vez que cloud storage sincroniza inserções, e não atualizações
- C) somente o arquivo xyz.doc sem as modificações realizadas no órgão, uma vez que cloud storage sincroniza apenas arquivos que já existiam antes da instalação e da configuração do programa
- D) somente o arquivo xyz.doc com as modificações realizadas no órgão, uma vez que cloud storage sincroniza apenas arquivos que já existiam antes da instalação e da configuração do programa já com suas devidas atualizações
- E) quatro arquivos, incluindo o arquivo xyz.doc com as modificações realizadas no órgão em que o usuário atua

#### Questão 20

Um usuário deseja criar no Windows 10 as cinco pastas e subpastas conforme apresentado a seguir

- C:\MeusDocumentos\Furto
- C:\MeusDocumentos\BOs
- C:\MeusDocumentos\BOs\Homicídios
- C:\MeusDocumentos\Roubo
- C:\MeusDocumentos\BOs\Furto

Considerando-se que todas as pastas sejam configuradas para guardar documentos e possuam permissão de escrita e leitura para todos os usuários da estação de trabalho, assinale a opção correta

- A) A quinta estrutura apresentada não poderá ser criada, se as pastas forem criadas na ordem apresentada
- B) A primeira estrutura apresentada será imune a pragas virtuais, devido ao fato de ser uma pasta-nariz
- C) É possível criar todas as pastas e subpastas apresentadas, mas não será possível inserir nas pastas e nas subpastas arquivos do tipo imagem
- D) É possível criar a estrutura apresentada, mas, proteção adequada, os arquivos inseridos em todas as pastas e subpastas estarão suscetíveis a infecção por praga virtuais
- E) Não é possível sincronizar essa pasta por meio de cloud storage, visto que armazenamentos na nuvem não suportam estrutura com subpastas

21) Assinale a opção correta a respeito da Constituição Federal de 1988 (CF) e dos poderes constituintes.



- A) O poder constituinte originário, que elaborou a CF, é essencialmente político, extrajurídico, sem limites formais, e esgotou-se com a promulgação da CF.
- B) A CF é uma constituição promulgada, oriunda da atuação do poder constituinte derivado, uma vez que a assembleia nacional constituinte foi convocada por emenda à Constituição anterior.
- C) Da elaboração da CF, que é uma constituição promulgada, participaram cidadãos que, nessa condição, votaram diversos de seus dispositivos na própria assembleia nacional.
- D) A CF pode ser modificada pela atuação de poder constituinte derivado, obedecidas as normas nela inseridas pelo poder constituinte originário.**
- E) A CF pode ser modificada pela atuação de poder constituinte decorrente, obedecidas as normas nela inseridas pelo poder constituinte originário.

22) A luz das disposições da CF, assinale a opção correta acerca dos direitos e garantias individuais.

- A) O cidadão que, naturalizado brasileiro que cometer crime comum em viagem a seu país de origem retornar ao Brasil poderá ser extraditado, bastando que haja solicitação do país da nacionalidade anterior.
- B) Servidor público que cometer crime no exercício da função não poderá ser condenado, na esfera penal, a partir da prova obtida por meio ilícito; no entanto, essa mesma prova, complementada por outras provas lícitas, poderá ser utilizado para aplicar penalidade em eventual processo administrativo movido contra o servidor.
- C) O profissional que, trabalhando com divulgação de informações, veicular, em seu nome, notícia de fonte sigilosa não estará sujeito a responder por eventuais prejuízos que essa divulgação causar a outrem.
- D) O Estado pode impor prestação alternativa fixada em lei a um indivíduo que, alegando conflito com suas convicções políticas, se recusar a cumprir obrigação legal a todos impostas, desde que a prestação seja compatível com suas crenças. Em caso de recusa em cumpri-la, o indivíduo poderá ser privado de seus direitos.**
- E) Diante de indícios veementes da prática de ilícitos no interior de determinada residência, o agente de polícia poderá realizar busca de provas no local sem o consentimento do morador e sem mandado judicial, desde que o faça durante o dia.

23) Assinale a opção correta acerca dos princípios fundamentais que regem as relações do Brasil na ordem internacional conforme as disposições da CF.

- A) Em razão do princípio fundamental internacional da concessão de asilo político, toda pessoa vítima de perseguição, independentemente do seu motivo ou de sua natureza, tem direito de gozar asilo em outros Estados ou países.
- B) A concessão de asilo político consiste não em princípio que rege as relações internacionais, mas em direito e garantia fundamental da pessoa humana, protegida por cláusula pétreia.
- C) Em caso de profunda degradação da dignidade humana em determinado Estado, o princípio fundamental internacional da prevalência dos direitos humanos sobrepõe-se à própria soberania do Estado.**
- D) O princípio da independência nacional conduz a igualdade material entre os Estados, na medida em que, na esfera econômica, são iguais as condições existentes entre eles na ordem internacional.
- E) O princípio da não intervenção é absoluto, razão por que se deve se respeitar a soberania de cada um no âmbito externo e por que nenhum Estado pode sofrer ingerências na condução de seus assuntos internos.

24) Assinale a opção correta no que se refere às responsabilidades do presidente da República estabelecidas na CF.

A) A única possibilidade de responsabilização do presidente da República investido em suas funções se refere ao cometimento de infração político-administrativo, não respondendo o chefe do poder executivo por infração penal comum na vigência do mandato.

B) O presidente da República dispõe de imunidade material, sendo inviolável por suas palavras e opiniões no estrito exercício das funções presidenciais.

**C) A decisão do Senado Federal que absolve ou condena o presidente da República em processo pela prática de crime de responsabilidade não pode ser reformada pelo Poder Judiciário.**

D) Acusado da prática de crime comum estranho ao exercício de suas funções, cometido na vigência do mandato, o presidente da República será julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) após deixar a função.

E) O afastamento do presidente da República cessará se, decorrido o prazo do cento e oitenta dias, o Senado Federal não tiver concluído o julgamento do processo pela prática de crime de responsabilidade aberta contra ele; nesse caso o processo será arquivado.

25) Considerando as disposições da CF, é correto afirmar que a norma constitucional segundo a qual

A) a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito nem a coisa julgada é de eficácia limitada e aplicabilidade direta.

**B) ninguém será privado de liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal é de eficácia plena e aplicabilidade imediata.**

C) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer é de eficácia plena e aplicabilidade imediata.

D) é direito dos trabalhadores urbanos e rurais a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei, é de eficácia plena e aplicabilidade imediata.

E) ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante é de eficácia contida e aplicabilidade não integral.

26) Com base no dispositivo na CF, assinale a opção correta acerca da organização político-administrativo do Estado.

A) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os estados, os territórios federais, o Distrito Federal e os municípios, todos autônomos, nos termos da CF.

**B) Os estados podem incorporar-se entre si mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por meio de lei complementar.**

C) É facultativo à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios subvencionar cultos religiosos ou igrejas e manter com seus representantes relações de aliança e colaboração de interesse público.

D) É da competência comum dos estados, do Distrito Federal e dos municípios organizar e manter as respectivas polícias civil e militar e o respectivo corpo de bombeiros militar.

E) Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal estabelecer normas gerais de organização das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares, assim como normas sobre seus efetivos, seu material bélico, suas garantias, sua convocação e sua mobilização.

27) À luz do disposto na CF, assinale a opção correta a respeito da administração pública.

A) Nos termos da lei, a investidura em todo e qualquer cargo público ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego.

B) As funções de confiança e os cargos em comissão são exercidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos e destinam-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

C) A administração fazendária e a segurança pública e seus respectivos servidores, os fiscais e os policiais, terão, dentro de suas áreas de competência e circunscrição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

**D) Tanto a administração pública direta quanto a indireta de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios devem obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.**

E) O servidor público da administração direta autárquica ou fundacional que estiver no exercício de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração.

28) No que se refere ao processo legislativo, assinale a opção correta de acordo com o disposto na CF.

**A) A iniciativa de leis complementares e ordinárias cabe ao presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos tribunais superiores, ao procurador-geral da República e aos cidadãos, entre outros.**

B) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação ao Congresso Nacional de projeto de lei subscrito por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído por, pelo menos, nove estados da Federação.

C) É de competência do Senado Federal examinar as medidas provisórias e emitir parecer sobre elas, antes que sejam apreciadas pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

D) Leis ordinárias complementares são espécies do processo legislativo federal que, aprovadas pelo Congresso Nacional, prescindem da sanção do presidente da República.

E) É de competência exclusiva da Câmara dos Deputados sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

29) Com base nas disposições constitucionais acerca do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Ministério Público (MP), assinale a opção correta.

A) Os procuradores-gerais dos MPs dos estados e do Distrito Federal e Territórios serão nomeados pelos governadores dos estados e do Distrito Federal, conforme o caso, a partir de lista tríplice composta por integrantes da carreira, para mandato de dois anos.

B) As funções institucionais do MP incluem promover, privativamente, a ação penal pública e exercer o controle externo da atividade policial, assim como a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

C) Integram o CNJ o presidente do Supremo Tribunal Federal, o procurador-geral da República e o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

D) Entre outras atribuições, cabe ao CNJ apreciar a legalidade dos atos administrativos e jurisdicionais praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los para o exato cumprimento da lei.

**E) Entre outras atribuições, cabe ao CNJ avocar processos disciplinares em curso e representar ao MP nos casos de crimes contra a administração pública ou de abuso de autoridade.**

30) Considerando o disposto na CF e na Constituição do Estado de Pernambuco, assinale a opção correta em relação à defesa do Estado e das instituições democráticas e à segurança pública.

a) Governador de estado pode decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades naturais de grandes proporções.

b) Governador do estado pode solicitar à respectiva assembleia legislativa autorização para decretar estado de sítio no caso de comoção grave de repercussão estadual ou no caso de ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa.

c) O Corpo de Bombeiros Militar, a quem cabe a execução das atividades da defesa civil e de outras atribuições definidas em lei, é considerado força auxiliar e reserva da Polícia Militar, diretamente subordinado ao Comando Geral da Polícia Militar.

d) Na vigência do estado de defesa poderão restringir-se os direitos à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei.

**e) Segundo disposição da Constituição do Estado de Pernambuco, as atividades de segurança pública serão organizadas em sistemas, cabendo ao governador do estado, assessorado por um conselho de defesa social, o estabelecimento da política de defesa social e a coordenação das ações de segurança pública.**

31. Considerando as fontes do direito administrativo como sendo aquelas regras ou aqueles comportamentos que provocam o surgimento de uma norma posta., assinale a opção correta

**a) Uma doutrina se consolida com reiteradas decisões judiciais sobre o mesmo tema.**

b) A lei é uma fonte primária e deve ser considerada em seu sentido amplo para abranger inclusive os regulamentos administrativos

c) O acordo é uma importante fonte do direito administrativo por ser forma de regulamentar a convência mediante a harmonização.

d) Os costumes, pela falta de norma escrita, não podem ser considerados como fonte do direito administrativo.

e) A jurisprudência é compreendida como sendo aquela emanada por estudiosos ao publicarem suas pesquisas acerca de determinada questão jurídica.

32. O ato administrativo é uma espécie do ato jurídico de direito público, ou seja, suas características distinguem-no do ato jurídico de direito privado. Os atributos do ato administrativo - ato jurídico de direito público – incluem a

a) Imperatividade, o motivo, a finalidade e a auto executoriedade.

b) Eficiência, a presunção de legitimidade e a continuidade.

c) Proporcionalidade, a motivação e a moralidade.

d) Legalidade, a publicidade e a imperatividade.

**e) Presunção de legitimidade, a imperatividade e a autoexecutoriedade.**

33. Carlos, a gente de policia civil , conduzindo viatura policial, colidiu com o automóvel particular de João, Por esse motivo, João ajuizou ação contra o Estado, requerendo a reparação dos danos sofridos. Após o devido processo legal, comprovou-se a responsabilidade de Carlos, que, de formaculposa, provocou a referida colisão Com base nessa comprovação, o Estado foi condenado a reparar os danos materiais do acidente.

Nessa situação hipotética.

- a) O Estado deverá comprovar o dano a terceiro, não sendo necessário demonstrar a culpa ou dolo de Carlos.
- b) O Estado não poderá celebrar acordo administrativo com Carlos, sendo indispensável o ajuizamento de ação judicial.
- c) **Por ter a finalidade de ressarcir ao erário, a ação que for ajuizada pelo Estado contra Carlos será imprescritível.**
- d) O Estado terá o limite de cinco anos para ajuizar ação de regresso contra Carlos, sob pena de prescrição.
- e) Por se tratar de patrimônio público, o Estado estará autorizado a efetuar descontos nos vencimentos de Carlos, mesmo em que este concorde.

34. Após investigação foi localizada, no interior da residência de Paulo, farta quantidade de Cannabis sativa, vulgarmente conhecida por maconha, razão por que Paulo foi preso em flagrante pelo crime de tráfico de drogas. No momento de sua prisão, Paulo tentou , efetuaram sua imobilização.

Nessa situação hipotética, foi exercício o poder administrativo denominado.

- a) Poder regulamentar, que corresponde ao poder estatal de determinar quais práticas serão no caso de o particular as comenter.
- b) Poder hierárquico, devido ao fato de Estado, representado na ocasião pelos policiais, ser um ente superior ao particular.
- c) Poder descricionário, mas houve abuso no exercício desse poder, caracterizado pela utilização da força proceder à prisão.
- d) **Poder de polícia, o qual permite que se detenham todos quantos estejam em desconformidade com a lei.**
- e) Poder disciplinar, o qual permite que se detenham todos quantos estejam em desconformidade com a lei.

35. O diretor-geral da policia civil de determinado estado exarou um ato administrativo e, posteriormente, revogou-o, por entender ser inconveniente sua manutenção,

Nessa situação hipotética, o pricipio em que se fundamentou o ato de revogação foi o princípio da

- a) Especialidade.
- b) Autotutela.
- c) **Supremacia do interesse público.**
- d) Publicidade.
- e) Segurança jurídica.

36. Com base nas disposições do Estatuto da Polícia Civil do Estado de Pernambuco, assinale a opção correta a respeito das normas aplicáveis aos policiais civis ocupantes de cargos de atividade policial do quadro de pessoal policial da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco.

- a) Os deveres do policial civil incluem dedicação e fidelidade à Pátria, cuja honra, segurança e integridade devem ser defendidas a todo o custo, desde que isso implique em risco à sua própria vida.
- b) As penalidades disciplinares a que estão sujeitos os policiais civis incluem remoção de ofício, repreensão e suspensão.
- c) O ato de demissão de policial civil indicará apenas o fundamento legal da demissão: não mencionará a causa da penalidade.
- d) O policial civil que efetivamente exerça função policial poderá atuar em atividades de segurança privada, nos dias de folga, se expressamente autorizado pelo titular da respectiva delegacia.
- e) **A gratificação de função policial não poderá ser acumulada com outra gratificação referente a risco de vida.**

37. A respeito de licitações, contratos administrativos e convênios, assinale a opção correta.

- a) No âmbito do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), define-se como projeto básico o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas técnicas pertinentes.
- b) Veda-se a utilização do Sistema de Registro de Preços para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços destinados ao atendimento a mais de um órgão ou entidade.
- c) Em se tratando de licitação de obra relacionada a empreendimento executado e explorado sob o regime de concessão, é vedado incluir no projeto da licitação a previsão de obtenção de recursos financeiros para a sua execução.
- d) Tratando-se de pregão, os prazos para o fornecimento dos bens ou serviços contratados serão fixados na fase externa da licitação, imediatamente após a convocação dos interessados.
- e) **Veda-se a celebração de contratos de repasse entre a União e órgãos estaduais relacionados à execução de obras e serviços de engenharia se o valor da transferência da União for inferior a R\$ 250.000.**

38. Em relação à prestação de serviços públicos e à organização da administração pública, assinale a opção correta.

- a) Os serviços públicos serão gratuitos, ainda que prestados por meio de agentes delegados.
- b) O poder público poderá criar uma autarquia para centralizar determinados serviços públicos autônomos. Nessa hipótese, esses serviços passam a integrar a administração direta, com gestão administrativa e financeira centralizadas no respectivo ente federativo.

- c) As sociedades de economia mista são entidades de direito privado constituídas exclusivamente para prestar serviços públicos, de modo que não podem explorar qualquer atividade econômica.
- d) **Em decorrência do princípio da continuidade do serviço público, admite-se que o poder concedente tenha prerrogativas contratuais em relação ao concessionário. Uma dessas prerrogativas é a possibilidade de encampação do serviço, quando necessária à sua continuidade.**
- e) A concessão de serviço público pode prever a delegação do serviço a um consórcio de empresas, caso em que o contrato de concessão terá indeterminado.

39. Considerando as regras e princípios previstos na Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, assinale a opção correta em relação ao processo administrativo.

- a) **Em caso de risco, a administração pública poderá, motivadamente, adotar providências acauteladoras, mesmo sem a prévia manifestação do interessado.**
- b) Em razão do princípio da oficialidade, exigirá-se a assinatura do interessado nas suas manifestações por escrito, que somente será dispensada nos casos expressamente previstos no regulamento do órgão responsável pelo julgamento.
- c) Os atos de processo independem de intimação do interessado, sendo dever do interessado acompanhar o andamento do processo junto à repartição, principalmente nos casos relativos à imposição de sanções ou restrição de direitos, sob pena de revelia.
- d) Devidamente protocolado o processo administrativo junto ao órgão público competente, o interessado não poderá desistir do pedido formulado, salvo se renunciar expressamente ao direito objeto da solicitação.
- e) O processo administrativo rege-se pelo princípio da inércia: deverá ser impulsionado pela atuação dos interessados, sendo vedada a sua impulsão de ofício pela autoridade julgadora.

40. A respeito do controle da administração pública, assinale a opção correta de acordo com as normas atinentes à improbidade administrativa previstas na Lei n.º 8.429/1992

- a) No caso de entidade que receba subvenção financeira de órgão público, as sanções relativas à improbidade administrativa, previstas na Lei n.º 8.429/1992, prescrevem em dez anos contados da data do recebimento da subvenção.
- b) Para a caracterização de ato de improbidade administrativa, é necessário que fiquem demonstrados o enriquecimento ilícito e a conduta dolosa do agente público.
- c) **No âmbito da fiscalização financeira, cabe ao Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, exercer o controle externo da aplicação de recursos repassados pela União, mediante convênio, a estado, ao Distrito Federal ou a município.**
- d) O controle dos órgãos da administração pública pelo poder Legislativo decorre do poder de autotutela, que permite, por exemplo, o Legislativo rever atos do Poder Executivo se ilegais, inoportunos ou inconvenientes.
- e) O Senado Federal poderá sustar atos normativos dos Poderes Executivos federal, distrital ou municipal se esses atos exorbitarem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

41. Acerca dos princípios básicos do direito penal brasileiro, assinale a opção correta.

- a) O princípio da insignificância no direito penal dispõe que nenhuma vida humana será considerada insignificante, sendo que todas deverão ser protegidas.
- b) O princípio da última ratio ou da intervenção mínima do direito penal, significa que a pessoa só cometerá um crime se a pessoa a ser prejudicada por esse crime o permitir.
- c) O princípio da fragmentariedade ou o caráter fragmentário do direito penal quer dizer que a pessoa cometerá o crime se sua conduta coincidir com qualquer verbo da descrição desse crime, ou seja, com qualquer fragmento de seu tipo penal nunca poderá retroagir.
- d) É possível que uma lei penal mais benigna alcance condutas anteriores à sua vigência seja para possibilitar aplicação de pena menos severa, seja para contemplar a não mais ser crime.

42. Rubens, estelionatário que mora na cidade de Goiânia, onde é funcionário de um banco, realizou fraudes emitindo boletos que lhe foram pagos nas cidades de São Paulo e Porto Alegre, a partir de contas bancárias de pessoas que não percebiam que os valores lhes estavam sendo subtraídos.

Nessa situação hipotética, conforme o direito pena brasileiro, considera(m)-se lugar do crime.

- a) Qualquer uma das cidades mencionadas, visto que, no Brasil, se adota a teoria do resultado.
- b) Qualquer uma das cidades mencionadas, visto que, no Brasil, se adota a teoria da atividade.
- c) Somente a cidade de Goiânia, porque foi lá que Rubens praticou as ações criminosas.
- d) Somente as cidades de São Paulo ou Porto Alegre, porque nessas cidades se deu o resultado pretendido por Rubens.
- e) Qualquer umas das cidades mencionadas, visto que, no Brasil, se adota a teoria mista ou da ubiquidade.

43. Acerca das questões de tipicidade, ilicitude (ou antijuridicidade) e culpabilidade, bem como de suas respectivas excludentes, assinale a opção correta.

- a) Há excludentes de tipicidade em casos de estado de necessidade, legítima defesa, exercício regular do direito e estrito cumprimento do dever legal.
- b) A inexigibilidade de conduta diversa e a imputabilidade são causas excludentes de tipicidade.
- c) A inexigibilidade de conduta diversa e a imputabilidade são causas excludentes de ilicitude.
- d) O erro de proibição é causa excludente de ilicitude.
- e) Há excludente de ilicitude em casos de estado de necessidade legítima defesa, em estrito cumprimento do dever legal ou exercício regular do direito.

44. Com relação a imputabilidade pena, assinale opção correta.

Nesse sentido, considere que a sigla ECA, sempre que empregada, se refere ao Estatuto da criança e do Adolescente.



- a) São inimputáveis os menores de vinte e um anos de idade, ficando eles, no entanto, sujeitos ao cumprimento de medidas socioeducativas e (ou) outras medidas previstas no ECA.
- b) A embriaguez, quando culposa, é a causa excludente de inimputabilidade.
- c) A emoção e a paixão são causas excludentes de imputabilidade, como pode ocorrer nos chamados crimes passionais.
- d) A embriaguez não exclui a imputabilidades, mesmo quando o agente se embriaga completamente em razão de caso fortuito ou força maior.
- e) São inimputáveis os menores de dezoito anos de idade, ficando eles, no entanto, sujeitos ao cumprimento de medidas socioeducativas e (ou) outras medidas previstas no ECA.

45) Texto CE1A04AAA

Na situação hipotética descrita no texto CE1A04AAA,

- a) Pedro e Lucas serão responsabilizados pelo mesmo tipo penal e terão necessariamente a mesma pena.
- b) O direito penal brasileiro não distingue autor e partícipe.
- c) Pedro, partícipe, terá pena mais grave que a de Lucas, autor do crime.
- d) Roberto será considerado partícipe e, por isso, poderá ser punido em concurso de pessoas pelo crime praticado.
- e) Se a situação de Pedro for tipificada como participação de menor importância, a pena dele poderá ser diminuída.

46) Considerando a situação hipotética apresentada no texto CE1A04AAA e os tipos penais inscritos no Código Penal sob o título "Dos crimes contra o patrimônio" Assinale a opção correta.

- a) Na situação considerada, a quebra da máquina registradora caracterizou emprego de violência na subtração de bem móvel e, conseqüentemente a prática do crime de roubo.
- b) O cometimento do crime no período de repouso noturno poderá ser causa de aumento de pena.
- c) Apropriação indébita e o tipo penal em que incorrerá a pessoa que vier a adquirir algum dos relógios, desde que saiba ela tratar-se de fruto de crime.
- d) A venda de relógios, objeto do crime cometido por Pedro e Lucas, configurará o crime de receptação.
- e) A situação de coisa alheia móvel com violência ou grave ameaça.

47) Acerca dos crimes contra a pessoa, assinale a opção correta.

- a) Quando o homicídio for praticado por motivo fútil, haverá causa de diminuição de pena.
- b) Sempre que um agente mata uma vítima mulher, tem-se um caso de feminicídio.
- c) O homicídio e o aborto são os únicos tipos penais constantes no capítulo que trata de crimes contra a vida.
- d) O aborto provocado é considerado crime pelo direito brasileiro, não existindo hipóteses de exclusão de ilicitude.
- e) O aborto provocado será permitido quando for praticado para salvar a vida da gestante ou quando se tratar de gravidez decorrente de estupro.

## 48. Texto

Nessa situação hipotética, conforme os dispositivos pertinentes aos crimes contra a dignidade sexual insertos na Lei Maria da Penha e no código penal.

- a) Tiago não poderá ser acusado de crime de estupro porque Laura ainda é sua esposa.
- b) Tiago não poderá ser acusado de crime de estupro porque não usou de grave ameaça ou violência contra Laura.
- c) Tiago poderá ser acusado de crime de estupro de vulnerável.
- d) Tiago praticou o crime de assédio sexual, pois qualquer indivíduo pode ser sujeito ativo desse crime, independentemente de ostentar condição especial em relação à vítima.
- e) Para que o crime de estupro se configure, é preciso que tenha ocorrido conjunção carnal na relação sexual.

## 49. Assinale a opção correta com relação a crimes com relação a crimes a administração pública.

- a) Se forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público, os autores de crimes contra a administração pública terão direito a redução de suas penas.
- b) A circunstância de funcionário público é comunicável a particular que cometa o crime sabendo dessa condição especial do funcionário.
- c) Policial que exigir propina para liberar a passagem de pessoas por uma estrada cometerá corrupção passiva.
- d) O agente penitenciário que não recolher aparelhos celulares de pessoas em privação de liberdade cometerá crime de condescendência criminosa.
- e) Um governador que ordenar a aquisição de viaturas policiais e o pagamento destas com recurso legalmente destinados à educação infantil cometerá o crime de peculato

## 50) Texto

Nessa situação hipotética, á luz das leis que tratam dos crimes de tortura e de abuso de autoridade e dos crimes hediondos.

- a) Os policias cometeram o tipo penal denominado tortura-castigo
- b) Caso venham ser presos cautelosamente, Rui e Jair poderão ser soltos mediante o pagamento de fiança.
- c) Os policias cometeram o crime de tortura, que, no caso, absorveu o crime de lesão corporal.
- d) Os policias cometeram somente crime de abuso de autoridade e lesão corporal.
- e) O fato de Rui e Jair serem policias militares configura causa de diminuição de pena.

51. Um policial encontrou no interior de um prédio abandonado um cadáver que apresentava sinais aparentes de violência, com afundamento do crânio o que indicava provável ação de instrumento contundente

Nesse caso, cabe a autoridade policial,

- A) Providenciar para que não se alterem o estado e o local até a chegada dos peritos criminais e ordenar a realização das perícias necessárias à identificação do cadáver e a determinação da causa da morte.
- B) Providenciar a imediata remoção do cadáver e o seu encaminhamento ao necrotério e aguardar o eventual reconhecimento por parentes.
- C) Comunicar a autoridade judiciária se o local estiver fora da circunscrição da delegacia onde esteja lotado, devendo-se manter afastado e não podendo impedir o fluxo de pessoas.
- D) Promover a realização de perícias somente depois de autorizações pelo Ministério Público ou pelo juiz de direito.
- E) Comunicar o fato imediatamente ao Ministério Público, quem determinará as providências a serem adotadas.

52. Considere que tenha sido cometido um homicídio a bordo de um navio petroleiro de uma empresa privada hondurenha ancorado no ponto de recife – PE. Nessa situação hipotética.

- A) O comandante do navio deveser compelido a tirar, imediatamente, o navio da área territorial brasileira e o crime será julgado em Honduras.
- B) O crime será apurado diretamente pelo Ministério Público brasileiro, dispensando-se o inquérito policial, em função da eventual repercussão nas relações diplomáticas entre os pais envolvidos.
- C) A investigação e a punição do fato dependerão de representação do comandante do navio.
- D) Nada poderá fazer a autoridade policial brasileira: navios e aeronaves são extensões do território do país de origem, não estando sujeitos às leis brasileiras.
- E) Caberá a autoridade policial brasileira instaurar, de ofício, o inquérito policial para investigar a materialidade e a autoria do delito, que será punido conforme as leis brasileiras.

53. Considerando os dispositivos legais referentes ao inquérito policial, assinale a opção correta.

- A) Não cabe recurso administrativo aos escalões superiores do órgão político contra decisão de delegado que nega a abertura de inquérito policial, mas o interessado pode recorrer ao Ministério Público.
- B) Representantes de órgão e entidades da administração pública direta ou indireta não podem promover investigação de crime; deverão ser auxiliados pela autoridade policial quando constatarem ilícito penal no exercício de suas funções.
- C) Estando o indiciado preso, o inquérito policial deverá ser concluído, impreterivelmente, em dez dias, independentemente da complexidade da investigação e das evidências colhidas.
- D) O delegado determinará o arquivamento do inquérito policial quando não houver colhido elementos de prova suficientes para imputar a alguém a autoria do delito.
- E) Tratando-se de ação penal pública, o inquérito policial será iniciado de ofício pelo delegado, por requisição do Ministério Público ou por requerimento do ofendido ou de quem o represente.

54. Considerando os dispositivos legais referentes à ação penal, assinale a opção correta.

- A) Em se tratando de ação penal privada subsidiária, se houver inércia do Ministério Público e a vítima, tendo assumido a titularidade da ação, deixar de praticar ato que lhe competia para dar prosseguimento ao processo, incorrerá em preempção, o que enseja a extinção do processo.
- B) Havendo vários ofensores querelados, qualquer um deles poderá pedir perdão ao querelante . Nesse caso, sendo o perdão extensível a todos os querelados, extingue-se a punibilidade independentemente da aceitação do querelante.
- C) Em face do princípio da obrigatoriedade da ação pena, o Ministério Público não poderá pedir o arquivamento do inquérito policial: deverá sempre requisitar novas diligências a autoridade policial.
- D) Tratando-se de crime de ação privada, a titularidade da acusação e da própria vítima ofendida; sendo vários os ofensores, caberá à vítima escolher contra quem proporá a queixa.
- E) A própria vítima poderá assumir a titularidade da ação pública incondicionada, se o Ministério Público ficar inerte dentro dos prazos prescritos na lei processual.

55. A respeito da competência no processo penal, assinale a opção correta.

- A) A competência *ratione loci*, que se refere ao local da consumação do crime, deriva da legislação infraconstitucional e é de natureza absoluta não podendo ser prorrogada nem reconhecida de ofício pelo juiz.
- B) O princípio do juiz natural determina que a ação penal deverá ser julgada pelo juiz que primeiro tiver tomado conhecimento do fato.
- C) A inércia da jurisdição é um princípio processual que permite ao juiz condenar o réu mesmo quando o Ministério Público postula a sua absolvição.
- D) De acordo com a teoria da ubiquidade , um juiz pode julgar simultaneamente duas ações penais distintas quando as provas de uma possam repercutir na outra.
- E) Conexão e continência são institutos que autorizam a prorrogação da competência, possibilitando que esta seja definida em desacordo com as regras abstratas baseadas no lugar do crime, domicílio do réu, natureza da infração ou distribuição.

56. Considerando os princípios e normas que orientam a produção de provas no processo penal, assinale a opção correta.

- A) O pedido de interceptação telefônica do investigado cabe exclusivamente ao Ministério Público e somente a ele deve se reportar a autoridade policial.
- B) A intervenção telefônica é admitida no processo se determina por despacho fundamentado do juiz competente, na fase investigada ou no curso da ação penal, sob sigredo justiça.
- C) O reconhecimento de pessoas no âmbito do inquérito policial poderá ser lícito pessoalmente, com idêntico valor probante, conforme disciplinado no Código de Processo Penal.
- D) Conforme a teoria dos frutos da árvore envenenada, são inadmissíveis provas ilícitas no processo penal, restringindo-se o seu aproveitamento a casos excepcionais mediante decisão fundamentada do juiz.
- E) Nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo, embora indispensáveis a perícia técnica que descreva os vestígios materiais e indique os instrumentos utilizados, ela pode ser suprida pela confissão espontânea do acusado.

57. No que se refere à atuação do juiz, do Ministério Público, do acusado, do defensor, dos assistentes e auxiliares da justiça e aos atos de terceiros, assinale a opção correta.

- A) Dados os princípios da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional, não se aplicam ao Ministério Público as prescrições relativas a suspeição e impedimento de juízes.
- B) O acusado detém da prerrogativa de silenciar ao ser interrogado, mas esse direito pode ser interpretado contra ele, consoante aforismo popular, quem cala consente.
- C) Assegura-se que ao acusado ampla defesa e contraditório, mas isso não lhe retira a autonomia de vontade, de sorte que poderá dispensar advogado dativo ou defensor público promovendo por si mesmo, a sua defesa, ainda que não tenham condições técnicas para tanto.
- D) O réu denunciado em processo, por coautoria ou participação, pode atuar como assistente de acusação nesse mesmo processo se a defesa imputar exclusivamente ao outro acusado a prática do crime.
- E) No processo, o juiz exerce poderes de polícia – para garantir o desenvolvimento regular e colher autos capazes de perturbar o bom andamento do processo – e poderes jurisdicionais – que compreendem atos ordinatórios, que ordenam e impulsionam o processo, e instrutórios, que compreendem a colheita de provas.

58. A respeito de prisão, liberdade provisória do acusado e medidas cautelares alternativas ao encarceramento, assinale a opção correta.

- A) O descumprimento de medidas protetivas de urgência determinada sobre a égide da Lei Maria da Penha e umas das hipóteses autorizativas da prisão preventiva previstas em lei processual penal.
- B) Conforme a CF, a casa é asilo inviolável do indivíduo: a autoridade policial nela não pode penetrar a noite sem o consentimento do morador seja qual for o motivo.
- C) A prisão preventiva do acusado poderá ser requerida em qualquer fase do inquérito ou do processo, pela autoridade policial, pelo Ministério Público, ou pelo assistente de acusação.
- D) Independentemente do tipo de crime a fiança será arbitrada pela autoridade policial e comunicada imediatamente ao juiz que depois de ouvir o Ministério Público, a manterá ou não.
- E) A prisão provisória será decretada pelo juiz pelo prazo máximo de 05 dias prorrogável por igual período, ou por até 30 dias improrrogável, se se tratar de crimes hediondos ou equiparados.

59. Assinale a opção correta acerca do *Habeas Corpus* considerando os princípios constitucionais, nas normas atinentes e os procedimentos próprios dos juizados especiais criminais.

- A) Sendo mais favoráveis ao réu os procedimentos dos juizados especiais, a eles competirá os crimes de pequeno potencial ofensivo, mesmo se conexos com infrações da competência do juízo criminal comum ou do tribunal do júri.
- B) Qualquer pessoa tem legitimidade *Habeas Corpus*, mas só o advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil tem capacidade postulatória para fazê-lo perante os tribunais superiores.
- C) No caso de suspeito preso em flagrante delito, o Ministério Público como titular da ação penal, está impedido de impetrar *Habeas Corpus*, pois é sua obrigação de iniciar o processo persecutório.
- D) O juizado especial criminal tem competência para julgar infrações penais de menor potencial ofensivo assim considerando as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos cumulada ou não com multa.

E) As competências dos juizados especiais criminais são fixadas com bases nas penas máximas cominadas aos tipos: portanto as suas normas são também aplicáveis as hipóteses de crimes praticados em contexto de violência domestica contra a mulher, desde a pena de detenção máxima prevista não ultrapasse dois anos.

60. Com relação às normas constitucionais e legais atinentes à investigação criminal e às organizações criminosas, assinale a opção correta.

- A) O delegado de policia, por deter a prerrogativa de condução do inquérito policial, pode se negar a cumprir diligências requisitadas pelo Ministério Publico se entender que elas não são pertinentes.
- B) O indiciamento do suspeito de prática de crime é ato privativo do delegado de policia ato fundamentado do qual constarão a análise técnico-jurídica do fato criminoso e suas circunstancias e a indicação da materialidade e da autoria.
- C) Colaboração premiada ou delação premiada permitem ao juiz reduzir em ate dois terço a pena aplicada ao réu integrante de organização criminosa, mas não isentá-lo de pena.
- D) O delegado de policia não pode propor a delação premiada: somente o Ministerio Publico tem a necessária legitimidade para propô-la o juiz da causa.
- E) Para a delação premiada, o réu colaborador não necessita estar assistindo por advogado; basta que, espontaneamente declare ao juiz o seu desejo de colaborar.